



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL COM HABILITAÇÃO EM JORNALISMO

ANA CELY CYRNE LOPES DE SANTANA

DENUNCIEI, E AGORA?
VIOLÊNCIA SEXUAL E PSICOLÓGICA EM
UNIVERSIDADES PÚBLICAS BAIANAS

Salvador
2018

ANA CELY CYRNE LOPES DE SANTANA

DENUNCIEI, E AGORA?

**VIOLÊNCIA SEXUAL E PSICOLÓGICA EM
UNIVERSIDADES PÚBLICAS BAIANAS**

Memória descritiva do especial jornalístico apresentado como requisito final para a conclusão do curso de graduação em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo, pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Graciela Natansohn

Salvador

2018

FOLHA DE APROVAÇÃO

ANA CELY CYRNE LOPES DE SANTANA

DENUNCIEI, E AGORA?

Violência sexual e psicológica em universidades públicas baianas

Salvador, xx de novembro de 2018

Prof^a. Dr^a. Leonor Graciela Natansohn
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Maria Lucineide Andrade Fontes
Avaliadora Interna
Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia

Prof. Adalton dos Anjos Fonseca
Avaliador Externo

Às pessoas que vêem jornalismo como um instrumento capaz de inspirar mudanças sociais.

AGRADECIMENTOS

Meu Trabalho de Conclusão de Curso é síntese das minhas experiências enquanto aluna da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e principalmente estagiária no Jornal A Tarde e no Bahia Notícias. Sempre acreditei que informação, por sí só, muda vidas. Ilumina. Faz com que a gente enxergue melhor as questões sociais e políticas que permeiam a nossa existência. Foi difícil escolher o que eu queria ser quando crescesse. Como boa geminiana, até agora eu tenho minhas dúvidas. Mas de uma coisa eu tenho certeza: me faz bem produzir coisas que podem inspirar mudanças ou reflexões. E esse prazer eu descobri dentro do Jornalismo.

Por isso, primeiro agradeço a minha mãe e pai que, sem cobranças, me encorajaram a tentar o novo, me estimularam a realizar sonhos e, em troca, só pediram que eu fosse a minha melhor versão. A meu irmão, Dinho, que é a pessoa mais corajosa e inspiradora que eu conheço e que, com Tália, sua esposa, me deu o maior presente da vida: Malu. Agradeço ao meu namorado, Victor, que me deu todo apoio necessário nos últimos 7 anos para que eu conquistasse todos os meus objetivos e que torce incansavelmente por mim. As minhas primas e primos, mas especialmente Carol, Didi, Luma, que sempre foram base quando eu precisei. Agradeço também aos meus avós, ao restante da família e também aos amigos de faculdade (Júlia e Maria, vocês são incríveis!) por toda parceria.

Sabendo que o TCC reflete parte de mim como estudante e profissional de jornalismo, eu não posso deixar de falar da importância de professores como Regina, Graciela, Malu, Adalton, Itana, Wilson, Cleidiana, entre outros. Eles são pura inspiração e me fizeram uma aluna e profissional muito mais interessada, curiosa e segura do meu potencial. Agradeço também aos editores/chefes (alô Fernando, Rebeca, Luiz Lasserre, Lorena, Márcia, Ana Paula e Mirela!) e também aos colegas de todos os estágios que passei. Aprendi muito com todos vocês e cada uma dessas experiências reflete na forma que eu enxergo o mundo. Por último, mas não menos especial, obrigada às minhas fontes que abriram suas dores mais profundas em prol de um projeto que busca para melhorar a experiência universitária em si. Há inúmeras pessoas que me ajudaram nesse TCC e eu só espero estar à altura de devolver um pouco do que aprendi nos últimos anos com vocês.

LOPES DE SANTANA, Ana Cely Cyrne. Denunciei e agora? Violência sexual e psicológica em universidades públicas baianas. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018

RESUMO

Este memorial descreve as etapas teóricas e práticas utilizadas na concepção e produção do especial jornalístico “Denunciei e agora? Violência sexual e psicológica em universidades públicas baianas”, apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da Universidade Federal da Bahia. A partir de entrevistas com especialistas, dados, pesquisas e relatos, o produto busca discutir questões relacionadas ao recebimento, investigação e resolução de casos de violência sexual e psicológica em cinco universidades públicas baianas. Em formato de especial para o portal Bahia Notícias, o trabalho pretende debater como as vítimas estão sendo tratadas no momento em que resolvem denunciar violência psicológica e sexual nas instituições, como funcionam os processos administrativos, qual é o prazo limite para resolver esses processos, como ter acesso a atendimento jurídico e psicológico gratuito e quais são as políticas e iniciativas criadas pelas universidades para diminuir casos de assédio e melhorar o atendimento às vítimas. Link para o produto:

Palavras-chave: Assédio, Violência Sexual, Violência Psicológica, Universidades Públicas, Especial, Jornalismo

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 Primeiras ideias no bloco de notas para o especial “Denunciei, e agora?.....	19
Ilustração 2 Fluxograma de textos do especial “Denunciei, e agora?.....	21

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 JUSTIFICATIVA.....	11
3 ASPECTOS TEÓRICOS.....	12
3.1 CONTEÚDO.....	12
3.1.1. Brasil como um país perigoso para minorias sociais.....	12
3.1.2. Universidade como palco de discussões relacionadas a vida de minorias sociais.....	13
3.2 FORMATO.....	16
3.2.1 A atuação do profissional de jornalismo na internet.....	17
3.2.2 O produto.....	19
<i>3.2.3.1As pautas.....</i>	<i>21</i>
3.2.4. As fontes.....	24
4 CRONOGRAMA.....	25
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
REFERÊNCIAS	
APÊNDICE	

1 INTRODUÇÃO

Aos doze anos, fui assediada pela primeira vez na rua. “- Gostosa!”, um homem com a idade de ser meu avô gritou enquanto eu voltava para casa com o uniforme escolar da aula de Educação Física. Essa foi a primeira vez que me senti vulnerável em meu corpo, em minha fisionomia, em ser mulher. E eu nunca esqueci disso. Com o tempo, esse incômodo continuou existindo, mas começou a ser naturalizado. “- Homens são assim mesmo”, ecoava na cabeça. Mas enquanto isso, limitava minha existência por medo. “Vou de ônibus? Não vou de vestido”. “Vou andar muito tempo na rua? Melhor uma roupa folgada”. “Vou na festa? Melhor me vestir de forma menos chamativa”. Quase que inconscientemente, achava que fazer isso impediria situações de violência sexual.

Só que o problema do assédio e da violência contra mulher nunca foi algo pessoal. É uma característica da sociedade em que vivemos. Em agosto de 2018 o Ministério dos Direitos Humanos (MDH) divulgou o balanço do Ligue 180¹– Central de Atendimento à Mulher e os dados são alarmantes. De janeiro a julho de 2018, o Ligue 180 registrou 9,6 mil relatos no Brasil de violência contra mulheres, sendo que 63,1 destes foram classificados como violência doméstica. Quando se trata de violência física, o MDH registrou 37,3 casos e também 26 mil situações de violência psicológica. O Ligue 180 também mensurou 27 feminicídios, 51 homicídios, 547 tentativas de feminicídios e 118 tentativas de homicídios.

Ao sair da escola e ter oportunidade de estudar em uma faculdade pública e entender um pouco mais sobre questões relacionadas a feminismo, racismo, LGBT fobia, entre outros, pude perceber que a minha experiência de vida como mulher negra não era única, mas sim relativamente comum. E que apesar da universidade pública ser um lugar privilegiado no que se trata de discussões relacionadas a esses temas, casos de assédio psicológico e sexual continuam acontecendo regularmente, muitas vezes sem penalização dos assediadores.

Em 2016, no terceiro semestre do curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, a turma de uma disciplina a qual fiz parte escreveu uma nota de repúdio e

¹ Disponível em: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/agosto/mdh-divulga-balanco-do-ligue-180>. Acesso em 12 set 2018

resolveu denunciar um professor por seus comentários homofóbicos e misóginos. Quase três anos depois, o caso continua em aberto, sem notícias ou horizonte de uma decisão final. Estagiando no Bahia Notícias, em maio de 2017, ouvi falar sobre a denúncia de um caso de assédio na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Um grupo de dez alunas e docentes da instituição estavam esperando há quase 11 meses a resposta institucional sobre o caso. Fiz uma matéria que foi replicada em diversos sites e, pressionada publicamente, a UNEB divulgou a exoneração do professor cerca de um mês após a publicação da matéria.

E aí comecei a perceber que, apesar das discussões sobre sexismo e violência contra mulher e grupos LGBTQ+, as universidades, sobretudo as públicas, continuam sendo ambiente hostil, onde há falta de preparo na hora de receber denúncias de assédio, uma enorme burocracia que envolve os processos administrativos, além de falta de indicação ou de espaços que ofereçam apoio psicossocial ao/a denunciante. Ao notar a carência de políticas públicas e de discussões relacionadas a forma com a qual estamos recebendo essas denúncias e estimulando a diminuição desses casos dentro de instituições acadêmicas, percebi que gostaria de produzir algo relacionado a isso.

A chance veio na disciplina Oficina de Jornalismo Digital, ministrada pelo professor Adalton dos Anjos no semestre 2017.1, quando pude produzir uma matéria sobre denúncias de assédio sexual em universidades de Salvador para o site Identidade Digital 126. O conteúdo teve foco na burocracia dos processos administrativos e na demora da resolução dos casos. Satisfeita com o resultado da matéria, descobri que há diversos pontos de vista importantes que devem ser explicados na hora de discutir esse tema. E assim nasceu essa vontade de falar sobre a necessidade de criar políticas para que minorias como mulheres, negros, LGBT+ sintam-se mais seguras dentro da universidade.

Desta forma, foi natural desenvolver algo relacionado a violência nos espaços acadêmicos como Trabalho de Conclusão de Curso. A escolha pelo especial jornalístico online se deu pela possibilidade de criar um conteúdo multimídia² na *internet*, onde pudesse utilizar não só imagens e textos, mas ferramentas como vídeos, infográficos, áudios, *gifs* e *hiperlinks*. Além disso, eu, como estudante, normalmente acesso conteúdos jornalísticos em suas plataformas online. Como resolvi falar sobre assédio em universidades públicas baianas,

²De acordo com o site from Vagner to Virtual Reality, um produto multimídia combina dois ou mais meios (vídeo, animações, áudio, gifs, infográficos etc). Disponível em:< <http://www.w2vr.com/concepts/concepts.html>.> Acesso em: 22 nov 2018

optei por hospedar o produto no portal baiano Bahia Notícias, site em que estagiei por mais de um ano e conheço o alcance regional das matérias publicadas nele.

2 JUSTIFICATIVA

Sempre quis fazer um trabalho de conclusão de curso que estivesse relacionado com a minha trajetória e com as coisas que mais gostei de produzir dentro e fora da universidade. E o brilho nos olhos sempre vinha em todas as oportunidades que tive de retratar questões femininas e raciais. Desta forma, falar de violência dentro dos espaços acadêmicos foi uma forma de ligar interesses em comum e discutir como, apesar da universidade pública ser um local onde naturalmente existem coletivos feministas; no caso da UFBA, um Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher; grupos de estudos e discussões sobre questões de gênero; entre outros, ainda não há muitas políticas eficientes para prevenir, registrar e gerir denúncias de assédio sexual e psicológico.

Um dos indicadores que mostram o quanto precisamos discutir essas questões é a pesquisa Violência Contra a Mulher no Ambiente Universitário (Instituto Avon/Data Popular em 2015)³, uma das únicas disponíveis sobre o assunto. Nesse diagnóstico ficou registrado que 56% dos 1.823 alunos(as) entrevistados em todo o país já sofreram abuso sexual dentro da universidade. Trinta e seis por cento dos alunos já deixaram de fazer alguma atividade na universidade por medo de sofrer violência e 73% conhecem colegas envolvidos em casos de assédio.

Após uma matéria que fiz sobre o assunto para disciplina Oficina de Jornalismo Digital ministrada pelo professor Adalton, percebi que quando se trata de assédio em instituições universitárias privadas os casos são resolvidos de forma mais rápida, já que, em geral, não existe tanta burocracia quanto no setor público. Nas instituições estaduais e federais de ensino superior, há relatos de processos administrativos que levam anos, a vítima acaba se formando e deixando o caso para lá.

Conversando sobre isso com a minha orientadora, Graciela Natansohn, decidi focar em entender de que forma algumas das melhores universidades públicas baianas, avaliadas em

³ Disponível em: < http://www.ouvidoria.ufscar.br/arquivos/PesquisaInstitutoAvon_V9_FINAL_Bx20151.pdf>. Acesso em 22 nov 2018

2017 pelo Ministério da Educação (MEC) por meio do Índice Geral de Cursos (IGC), estão lidando com situações de violência psicológica e sexual. As instituições escolhidas foram a UFBA, a UNEB, a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), a Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

A intenção é que o projeto colabore com a discussão sobre a forma que estamos tratando esses casos, que, pelos relatos e dados da pesquisa acima, geralmente ocorrem com minorias sociais como mulheres, negros, LGBT+. Meu desejo, é, em síntese, que essas pessoas se sintam mais seguras dentro do ambiente acadêmico e que políticas efetivas possam ser criadas para acompanhar, registrar e, principalmente evitar casos de violência.

3 ASPECTOS TEÓRICOS

3.1 CONTEÚDO

3.1.1. Brasil como um país perigoso para minorias sociais

Se o Brasil fosse um país com baixas taxas de violência contra a mulher, contra pessoas negras e LGBTQ+, provavelmente seriam pontuais os casos de assédio e violência dentro das universidades. Entretanto, estamos falando do país que, de acordo com o 10º anuário de Brasileiro de Segurança Pública, registrou um estupro a cada 11 minutos em 2015. Em 2018, o Ministério dos Direitos Humanos (MDH) divulgou o balanço do Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher: de janeiro a julho de 2018, foram 72,8 mil denúncias de violência contra mulher e destes, 34 mil casos foram de violência física, 24,3 mil de violência psicológica e quase seis mil casos de violência sexual. O Ligue 180 também mensurou cerca de 900 homicídios de mulheres no mesmo período.

De acordo com Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH),⁴ o Brasil ocupa o 5º lugar no ranking mundial de Femicídio, assassinatos de mulheres que ocorrem por questões de gênero. O Mapa da Violência de 2016 também calculou que morrem 2,6 vezes mais negros do que brancos vitimados por armas de fogo. O Atlas da Violência, pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea⁵) e do Fórum

⁴ Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/onu-femicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscam-solucao/>>. Acesso em 12 nov 2018

⁵ Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/portal/>>. Acesso em 10 nov 2018

Brasileiro de Segurança Pública⁶ divulgou que entre 2006 e 2016, a taxa de homicídios de indivíduos negros saltou para 23,1% enquanto a de não negros diminuiu 6,8%.

O Brasil também lidera, segundo o relatório de 2016 da ONG *Transgender Europe* (TGEu)⁷, o *ranking* de países com mais registros de homicídios de pessoas transgêneras. Nos últimos oito anos, pelo menos 868 travestis e transexuais sofreram mortes violentas. O Grupo Gay da Bahia (GGB), que há mais de trinta anos coleta e divulga estatísticas relacionadas a violência contra pessoas LGBT, apontou que em 2017 houve um aumento de 30% nos assassinatos de homossexuais e transgêneros no Brasil em relação ao ano anterior.

Esse breve panorama serve para apontar que não é fácil pertencer a minorias sociais no Brasil. Para melhorar esses indicadores e dados, é necessário que existam políticas públicas para acompanhar, registrar e, principalmente evitar casos de violência contra esse público.

3.1.2 Universidade como palco de discussões relacionadas a vida de minorias sociais

Quando se trata da questão de gênero, no artigo “O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisando uma trajetória”, Cynthia Sarti(2004) explica que na década de 1970 houve um ressurgimento⁸ do feminismo no Brasil como um movimento de mulheres que se opõem a ditadura militar.

Ressaltar a particularidade da articulação da experiência feminista brasileira com o momento histórico e político no qual se desenvolveu é uma das formas de pensar o legado desse movimento social, que marcou uma época, diferenciou gerações de mulheres e modificou formas de pensar e viver. Causou impacto tanto no plano das instituições sociais e políticas, como nos costumes e hábitos cotidianos, ao ampliar definitivamente o espaço de atuação pública da mulher, com repercussões em toda a sociedade brasileira (SARTI, 2004, p. 36).

Junto com esse “ressurgimento” a partir do momento político em que o país se encontrava, houve uma emergência de estudos sobre a mulher no âmbito acadêmico (SARTI, 2004, p. 35). Na época, o diagnóstico foi que existe um problema relacionado a gênero: as mulheres se encontravam em posição social desigual, inferior em relação aos homens. “Mulheres de diferentes classes, religiões, etnias, partidos políticos e organizações sociais se

⁶ Disponível em: < <http://www.forumseguranca.org.br/>>. Acesso em 30 out 2018

⁷ Disponível em: < <https://www.revistaforum.com.br/tag/ong-transgender-europe-tgeu/>>. Acesso em 12 nov 2018

⁸ Ela usa a palavra ressurgimento porque há registro de significativas experiências feministas anteriores a década de 70. Entretanto, como oposição a ditadura, o movimento se intensificou. (SARTI, 2004, p. 35)

reuniram em busca de soluções. A temática era recorrente e de grande importância, de tal modo que universidades européias, norte-americanas e canadenses instauraram os *WomenStudies*” (MATOS, 2016, p. 4) .

Segundo Vieira (2015), por volta de 1950 começaram a surgir demandas dentro das universidades por disciplinas relacionadas a estudos negros, latinos, feministas, entre outros. “Demandas que surgem, não no seio das universidades, mas a partir de vários movimentos sociais nos EUA. Dando origem, assim, aos estudos culturais, negros, e ao campo conhecido como *WomenStudies*” (VIEIRA, 2015). Esse movimento não ocorreu apenas nos Estados Unidos, mas em diversas universidades do mundo, inclusive aqui no Brasil. Um exemplo disso é que o Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEMGE) da Universidade de São Paulo (USP) foi criado na década de 80, apenas alguns anos após o emergir das questões feministas na década de 70.

Atualmente, com a *internet*, é mais fácil encontrar grupos online que discutem questões relacionadas a quaisquer minorias nas redes sociais. Publicar textos, relatar casos de violência, dar visibilidade a situações de desigualdade de gênero, raça, etnia e preconceitos sexuais é rápido como um clique. Com isso, socialmente a visibilidade sobre esses temas aumentou. Nas universidades, a criação de coletivos e grupos relacionados a gênero, etnia, as questões LGBTQ+, entre outros, têm fortalecido ainda mais os debates sobre tudo o que permeia a realidade desses grupos, inclusive pautando *online* e *offline* a importância de denunciar e falar sobre as diversas violências sofridas.

Segundo Matos (2016, p. 5), a universidade tem se tornado um palco de denúncias e do fortalecimento dos movimentos sociais. Além disso, não podemos deixar de citar a criação de políticas afirmativas e assistencialistas, que tornaram os espaços acadêmicos públicos brasileiros mais abertos para inclusão de minorias que ainda sofrem no presente os efeitos de uma discriminação praticada no passado (GOMES, 2005). Ou seja, essas políticas são criadas com vistas a combater à discriminação racial, de gênero, xenofobia, capacitismo, entre outras.

De acordo com a repórter Maiana Diniz da Agência Brasil (EBC), em 2015, a imprensa começou a divulgar um termo chamado “primavera feminina”, após o grupo feminista *Think Olga* lançar a *hashtag* #primeiroassédio por conta da explosão de comentários sexistas a respeito de uma garota de 12 anos que participava de um programa de televisão. A *hashtag* foi utilizada mais de 100 mil vezes no *Twitter* acompanhada de relatos dos primeiros casos de assédio sexual sofridos por usuárias da rede social. Durante a campanha, o *site*

Google registrou mais de 11 mil buscas sobre assédio (DINIZ, 2016). Esse episódio denota que mulheres estão cada vez mais conscientes sobre questões relacionadas a gênero e a importância de falar sobre violência contra a mulher.

Apesar de muitas vezes existirem grupos que estudam e pesquisam coisas relacionadas mulheres, questões raciais e LGBTQ+ dentro das instituições, poucas pesquisas efetivas existiam sobre violência sexual e psicológica dentro dos espaços acadêmicos. Para realizar esse Trabalho de Conclusão de Curso, os únicos dados que encontrei sobre assédio em universidades foram de uma pesquisa de 2015 do Instituto Avon/Data Popular, denominada Violência Contra a Mulher no Ambiente Acadêmico (*op.cit*).

Nesse diagnóstico ficou registrado que 56% dos 1.823 estudantes entrevistados em todo o país já sofreram abuso sexual dentro da universidade. Trinta e seis por cento dos alunos disseram já ter deixado de realizar atividades dentro da instituição em que estudam por medo de sofrer violência. Além disso, 73% falaram que conhecem colegas envolvidos em casos de assédio sexual.

Assédio pode ocorrer em diversos níveis hierárquicos da comunidade acadêmica, mas normalmente ouve-se mais relatos de alunas(os) sendo assediadas por funcionários, professores ou até mesmo por colegas do mesmo curso ou campus. E, por mais que exista uma “primavera feminina” e leis que tipificam violência contra mulher, assédio sexual, constrangimento ilegal e importunação sexual, nunca é fácil compartilhar e denunciar. De acordo com algumas das vítimas com as quais conversei, além da exposição, existe um medo constante de ser prejudicada academicamente ou no mercado de trabalho, locais que já não são tão fáceis para mulheres e outras minorias sociais.

Outra dificuldade apontada pelas vítimas que realizam denúncias é a burocracia dos processos administrativos nas instituições públicas de ensino, que, muitas vezes empacam no andamento das comissões investigativas e de sindicância. Alguns casos duram anos e acabam sendo arquivados. Além disso, a falta de preparo dos funcionários na hora de receber esses relatos é um fator presente no discurso de quase todas as vítimas de assédio sexual e psicológico que entrevistei para esse especial. Muitas universidades também não indicaram auxílio psicossocial a essas pessoas.

Entendendo algumas das questões que permeiam a violência no meio acadêmico, o especial “Denunciei, e agora? Violência psicológica e sexual em universidades públicas

baianas” busca mostrar como instituições como UFBA, UNEB, UFRB, UFOB E UESC estão recebendo e gerindo denúncias de assédio sexual, assim como quais as políticas e ações que estão sendo implantadas para prevenir essas situações.

3.2 FORMATO

De acordo com a Pesquisa Brasileira de Mídia de 2016⁹, a *internet* já é o segundo meio pelo qual os brasileiros mais se informam sobre o que está acontecendo no país, ficando atrás apenas da televisão. A pesquisa ainda mostrou que a cada 100 pessoas entrevistadas, 44 usam a *internet* todos os dias e a média de tempo *online* é maior a cada ano.

Com isso, podemos concluir que está crescendo o uso da internet como meio de informação no Brasil. Pessoalmente, fazer o curso de comunicação social e jornalismo na era digital é lidar com novas notícias a cada instante, com conteúdo saindo cada vez mais rápido e mais adaptado aos recursos disponíveis na web, como hiperlinks, gifs, áudios, gráficos interativos, etc. Para mim, consumir conteúdos jornalísticos disponibilizados na internet é um hábito, um deleite e uma obrigação.

Uma das minhas primeiras experiências de estágio foi na editoria de Cidades do Jornal A Tarde, o centenário impresso mais tradicional da Bahia. Fiquei no jornal por cerca de um ano em 2016, época de crise no veículo, com atrasos de salário, cortes severos na equipe e mudança de gestão. Uma das maiores questões que cerceavam a redação era a diminuição de assinantes e em como poderíamos investir mais e melhor no conteúdo online. Após isso, resolvi que gostaria de ter uma experiência em um veículo que tivesse uma atuação mais expressiva na internet.

E foi assim que fui para o Bahia Notícias (BN), onde estagiei na editoria Municípios e após alguns meses migrei para parte de política e cidade, a chamada home (página principal). O BN tem 12 anos e foi criado pelo empresário Ricardo Luzbel em parceria com o jornalista Samuel Celestino. O portal atualmente tem uma grande presença nas redes sociais - no Facebook, por exemplo, é o único veículo baiano com mais de um milhão de seguidores.

Considerando os dados relacionados a expansão do uso da internet como meio de comunicação e também por gostar de consumir conteúdos jornalísticos com recursos

⁹ Disponível em: <<http://pesquisademidia.gov.br/#/Geral/details-917>>. Acesso em 10 nov 2018

multimídias digitais, eu resolvi desenvolver como produto de conclusão de curso um especial jornalístico online para o Bahia Notícias.

3.2.1 A *internet* e as mudanças no jornalismo

McQuail (2003, p. 30) defende a internet como um meio de comunicação, já que ela é uma tecnologia com carácter flexível, híbrido e não especializado com grande potencial interativo. Já o jornalismo pode se beneficiar das possibilidades dessa plataforma para inovar no modo que traz informação aos leitores (MACQUAIL, 2003).

Assim como ocorreu com a televisão, o rádio e o jornal impresso no momento em que surgiram, ao integrar o universo midiático, a Internet apresentou, por sua natureza tecnológica, novas possibilidades tanto no que diz respeito à linguagem jornalística quanto ao relacionamento entre emissor e receptor. Pode-se dizer que a mais propalada dentre as novidades inseridas por esta nova mídia foi a interatividade, que pode ser definida como a capacidade de possibilitar uma participação maior do público no processo comunicacional, abrindo-lhe um leque de escolhas maior do que qualquer outra das mídias até então estabelecidas. (ESCOBAR, 2014, p. 3)

Considerando essas mudanças, o jornalismo digital segue alguns critérios e linguagem própria inerentes a plataforma online. Por isso, os meios de comunicação que querem obter relevância na internet não devem apenas transpor informações divulgadas em outras plataformas, mas sim adaptar seus conteúdos ou complementá-los antes de disponibilizá-los nas redes.

Martins (2013, p. 6) cita que Palácios (2003, p. 77) atribui ao jornalismo produzido para web a convergência de diferentes formatos de meios de comunicação na produção de uma informação (multimedialidade); o aumento da capacidade do receptor de interagir com o conteúdo noticioso (interactividade); a interação entre sons, textos, imagens e vídeos interligados por meio de hiperligações (hipertextualidade); um alto potencial de escolha sobre os conteúdos os quais lhe são oferecidos (personalização); o acúmulo de informação que pode ser encontrado (memória) e também a rapidez da disponibilização e acesso aos conteúdos noticiosos (instantaneidade).

Com suas todas as suas potencialidades, a internet remodelou as relações entre emissor e receptor de um conteúdo. A recepção positiva ou negativa de uma informação pode ser medida pelos comentários nas próprias plataformas e sites, em fóruns, em grupos, blogs, redes sociais, entre outros. O meio digital possibilitou aos receptores de conteúdo uma mudança de

papel: agora eles podem interagir em tempo real, reelaborando conteúdos e criando novos significados.

“Com a multiplicação das câmeras, a simplificação das ferramentas de edição e o acesso a canais alternativos de veiculação, atualmente todas as pessoas são potenciais produtores e distribuidores de mídia. A partir da internet, aquela pessoa que era apenas um receptor passivo de informações pode se tornar ativo.” (KASAHARA; RINCON, 2015)

Como resultado desse processo, os meios de comunicação não detêm mais o monopólio de produção das notícias e o jornalista passou a dividir espaço da produção com os receptores, que atualmente podem assinar conteúdos em blogs ou sites independentes, por exemplo. Citando Carl Stepp (1996), Aroso (2003, p.1) afirma que a internet não só está criando novas formas de jornalismo, mas também de jornalistas.

Isso não significa que o jornalista não deva se ater as regras habituais da profissão, como desenvolver uma boa apuração dos fatos e dados, buscar entrevistar fontes que são referências no assunto e ter sempre cuidado com a produção e edição do conteúdo. Mas com as constantes atualizações da internet, na atualidade isso deve ser feito muito mais rápido. Desta forma, profissionais que produzem notícias para web devem ser “pessoas com uma mistura de aptidões tradicionais e futuristas, que conseguem trabalhar com imaginação tanto textos como fotos, áudio e vídeo. Então, o jornalista on-line acaba por ser um jornalista multimídia” Martín ¹⁰(2000) *apud* Aroso (2003, p. 2).

3.2.2 O produto

A ideia de desenvolver um especial jornalístico online relacionado a denúncias de violência sexual e psicológica em universidades públicas baianas aconteceu após ter feito uma reportagem para a disciplina de Oficina de Jornalismo Digital, ministrada pelo professor Adalton dos Anjos, no semestre 2017.1. A matéria teve foco na burocracia dos processos administrativos e na demora da resolução dos casos de assédio que ocorrem em universidades de Salvador. Com isso, surgiu a inspiração de que seria interessante criar um especial que pudesse falar sobre a importância de políticas para que minorias como mulheres, negros, LGBT+ sintam-se mais seguras dentro da universidade.

¹⁰ Disponível em: < MARTÍN, Maria Teresa Sandoval (2000) - Los periodistas en el entorno digital: hacia el periodista multimedia. *Sala de Prensa*. [On-line] Disponível em <http://www.saladeprensa.org/art164.htm> [Consultado em 29/10/2001].

Com isso em mente, levei alguns temas para minha orientadora, Graciela Natansohn e juntas, pensamos em publicar esse conteúdo no Bahia Notícias, veículo online qual eu estagiei, que por minha experiência tem um público alvo potencialmente interessado nessas questões. O objetivo traçado foi que eu produzisse um especial online inspirado no que portais como Correi24horas¹¹ já fazem aqui na Bahia.

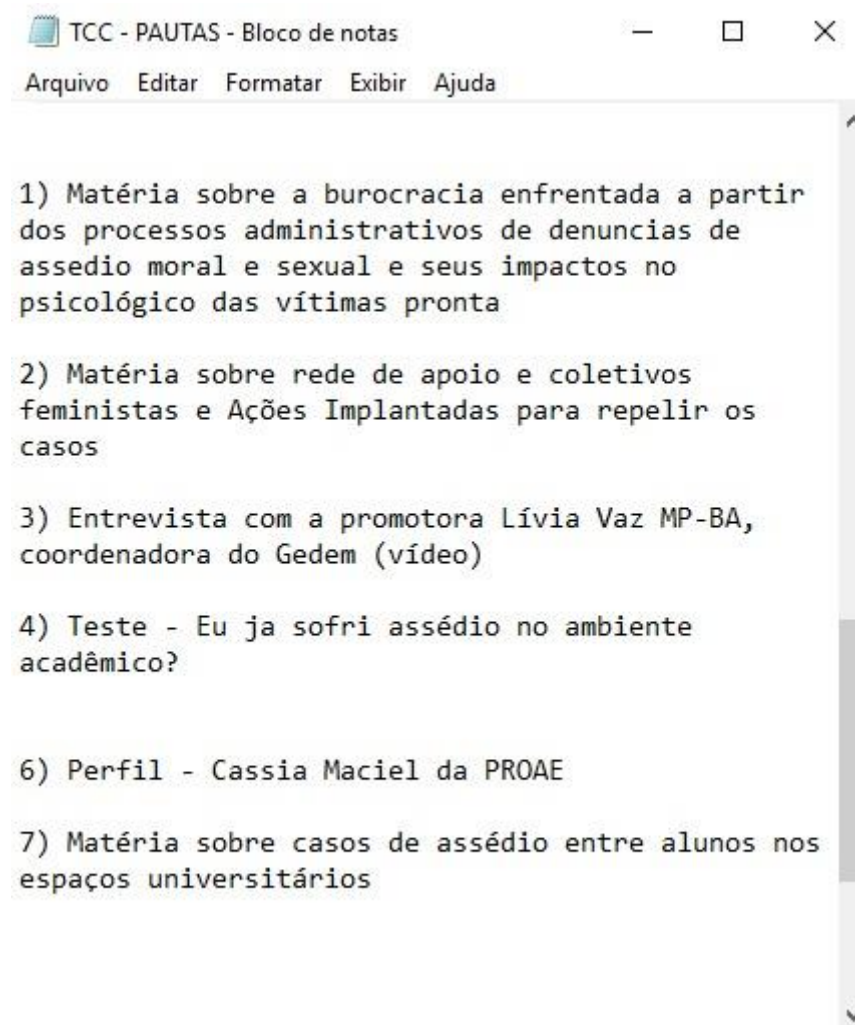


Ilustração 1. Primeiras ideias no bloco de notas para o especial “Denunciei, e agora?”
Fonte: dados do Memorial, 2018

¹¹Correi24horas é o portal do jornal baiano Correio. Com grande atuação na internet, o Correio já ganhou prêmios por conta de seus especiais. Disponível em: <https://www.correi24horas.com.br/noticia/nid/correio-leva-premio-petrobras-de-jornalismo-com-serie-sobre-estupros/>. Acesso em: 22/11/2018

A partir da aprovação dos temas, fui procurar exemplos de especiais-modelos. Percebi que os que mais gostavam não tinham só um conteúdo interessante, mas também um *layout* simples e confortável de ler. Essa página teria que ser em um domínio externo ao Bahia Notícias, já que o *site*, apesar de ser um veículo online, possui limitações em seu *layout* e ainda tem um formato de *blog*. Conversando com o professor Adalton, ele me explicou a importância de pensar minimamente em que forma os leitores vão receber essa informação, na estrutura dessa página que servirá de aporte para os conteúdos. Afinal, o visual também precisa ser funcional e atrativo. Após esse contato, percebi que precisaria do auxílio de um *webdesigner* para construir essa plataforma.

Desta forma, resolvi contratar o programador Leonardo Santana, que desenvolveu um *layout* ...

... [ESPAÇO EM BRANCO PORQUE O PROGRAMADOR AINDA ESTÁ CONSTRUINDO A PLATAFORMA]

....

É na aba “Sobre Nós” que constam todas as informações relativas a equipe que me ajudou na produção do especial. Nessa aba, é possível encontrar meu contato de e-mail, assim como informações relativas ao site Bahia Notícias, como telefone e endereço. Como o produto será um especial jornalístico, optei por disponibiliza-lo no *site* do BN após a banca examinadora analisar o conteúdo. O objetivo é facilitar possíveis alterações antes da publicação. Após essa análise, aí sim a equipe do BN poderá programar uma data e publicar o especial como parte de seu conteúdo. O produto está hospedado no *link* www.especialdenuncieieagora.com.br.

3.2.2.1 As pautas

Quando comecei a pensar no conteúdo, entrei em contato com o professor Adalton e expliquei que tinha a ideia de fazer um especial focado nas denúncias de violência sexual e psicológica em cinco universidades públicas baianas. Comecei a esboçar as pautas e ele sugeriu que eu utilizasse, além das matérias em formato escrito, um conteúdo em vídeo e um perfil de uma pessoa inspiradora a qual tivesse entrevistado. Eu também tive a ideia de fazer

um quizz, como os testes do site BuzzFeed¹², para tornar meu trabalho um pouco mais interativo.

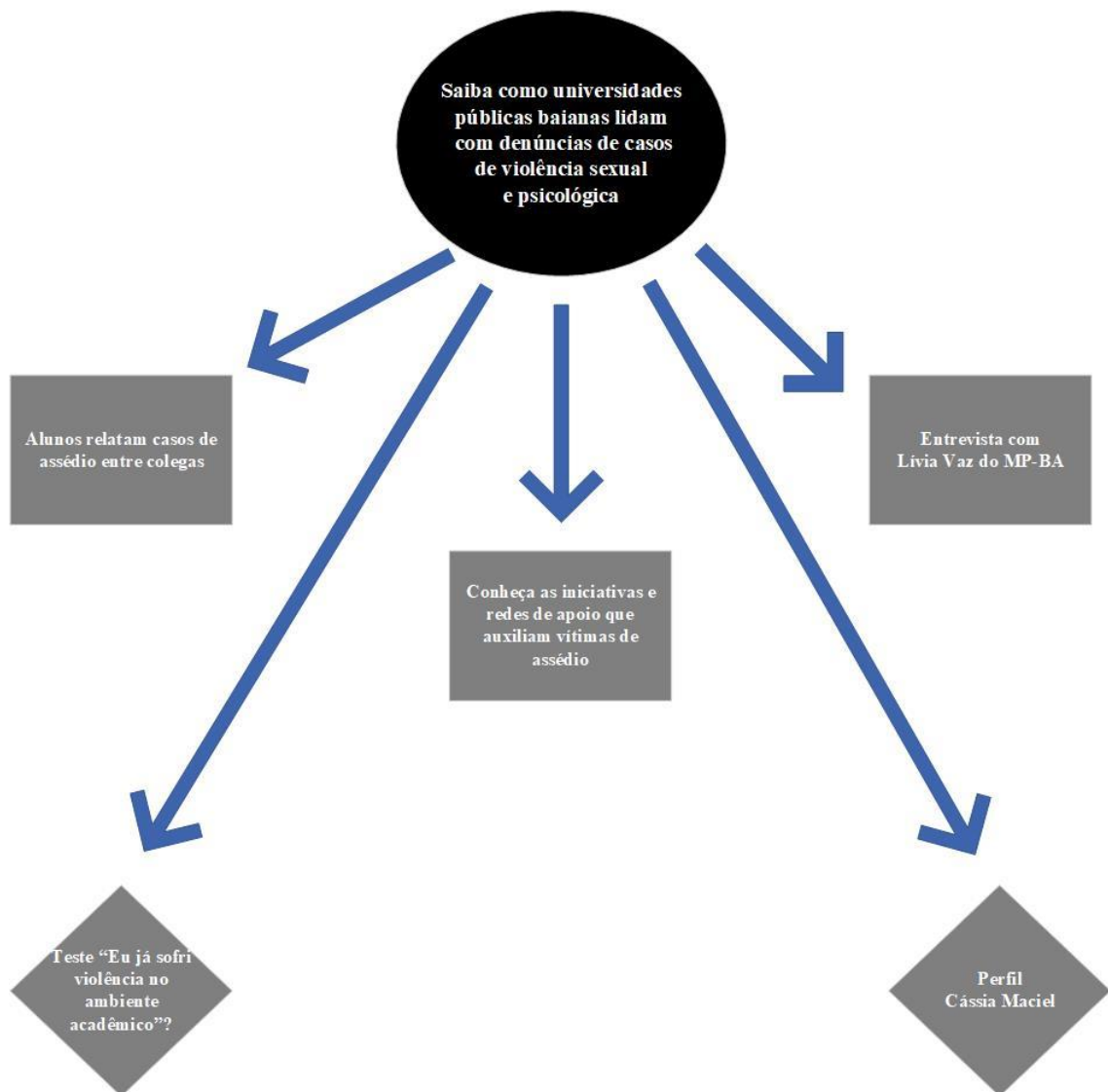


Ilustração 2. Fluxograma de textos do especial “Denunciei, e agora?”
Fonte: dados do Memorial, 2018

Com os assuntos definidos e o formato das matérias também, as pautas começaram a ser desenvolvidas a partir de uma matéria inicial (Saiba como universidades públicas baianas

¹²Site de notícias norte-americano voltado para entretenimento, o BuzzFeed foi fundado em 2006 por Jonah Peretti. A empresa é inovadora no setor de comunicação online e utiliza de diversas ferramentas para melhorar a interatividade com o público, inclusive por meio de quizzes e testes de personalidade.

lidam com denúncias de casos de violência sexual e psicológica), que serve de base para todos os outros conteúdos e que traz à tona casos reais de violência sexual e psicológica nas instituições de ensino citadas neste memorial. Nessa reportagem eu trouxe relatos, dados, infográficos, a perspectiva das vítimas e das universidades. Também tento esclarecer o que de fato se configura como assédio sexual e psicológico e aproveito o espaço para falar sobre a importância da denúncia dentro e fora das instituições de ensino.

Em seguida, desenvolvi a matéria “Conheça as iniciativas e redes de apoio que auxiliam vítimas de assédio em universidades públicas baianas”. Ao entrevistar representantes das ouvidorias da UFBA, UNEB, UFOB, UESC E UFRB, percebi que várias iniciativas estavam sendo criadas dentro e fora das universidades para coibir casos de assédio. Quis mostrar o lado positivo desse processo apontando que essas políticas são criadas com base em reclamações e reivindicações de pessoas que já sofreram com a burocracia dos processos acadêmicos. Além disso, cito os coletivos feministas, grupos relacionados a etnia e a questões LGBTQ+ como importantes aliados no processo de luta por mudanças dentro das universidades.

A terceira pauta foi a entrevista com a promotora Lívia Vaz, do Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA). Segundo ela, além das ferramentas institucionais, vítimas de violência sexual ou psicológica nas universidades podem buscar auxílio jurídico gratuito no MP-BA e na Defensoria Pública do Estado. Lívia é coordenadora do Grupo de Atuação Especial em Defesa da Mulher e População LGBT do MP-BA (Gedem) e falou sobre as diferentes formas de violência contra a mulher e sobre a responsabilização de instituições que forem omissas ou que se negarem a abrir processos administrativos após denúncias de assédio.

A matéria “Alunos relatam casos de assédio entre colegas” veio para mostrar que, apesar de grande parte dos relatos de violência sofrida por alunos no ambiente acadêmico citar funcionários e professores, há também muitos casos de assédio entre colegas de turma. Para isso, ouvi uma vítima que havia denunciado um estudante por vazar um vídeo íntimo dela à comunidade acadêmica. Os dados da Pesquisa sobre Violência Contra a Mulher no Ambiente Universitário (Instituto Avon/Data Popular - 2015) também serviram de base para o desenvolvimento da matéria. Mais de 14% das alunas entrevistadas em diferentes partes do país tiveram fotos ou vídeos repassados sem autorização; outras 24% foram colocadas em

rankings sem pedir. Um outro dado que chama a atenção é que 31% dos homens entrevistados não consideram violência repassar fotos ou vídeos das colegas sem autorização delas.

O quinto conteúdo criado foi perfil de Cássia Maciel, mulher negra, psicóloga baiana e atual pró-reitora de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil da UFBA (PROAE). Cássia é uma pessoa inspiradora e que teve muitas dificuldades durante a trajetória de vida. A considero uma pessoa perfilável pelo caminho que percorreu até a PROAE e pelo empenho na criação e ampliação de políticas afirmativas e de programas e campanhas que buscam diminuir o preconceito por questões sociais, de gênero, raciais, homoafetivas, entre outros.

O último conteúdo criado para o especial foi o teste “Eu já sofri assédio no ambiente acadêmico?”, desenvolvido em formato de *personality*, onde respostas de diferentes questões são associadas a resultados específicos. Dependendo de como você responder, vai receber um tipo de “personalidade” diferente. O teste foi criado na plataforma Interact, que possibilita o desenvolvimento desse tipo de conteúdo e a publicação dele em diferentes plataformas.

3.2.2.2 *As fontes*

Entendia que um dos principais desafios na produção do especial seria encontrar fontes que topassem falar sobre como se sentiram ao denunciar violência nos espaços acadêmicos. Em geral, muitas pessoas já deixam de denunciar por medo de retaliações e de serem prejudicadas. Juntar forças e relatar o caso não é algo fácil, considerando que sua intimidade acaba sendo exposta para outras pessoas.

Fiquei surpresa quando entrei em contato nos grupos de Facebook das cinco universidades públicas escolhidas e, ao comentar que iria fazer um trabalho acadêmico relacionado a assédio sexual e psicológico, fui contatada por diversas pessoas que toparam compartilhar suas experiências comigo. Falar com representantes das universidades e do ministério público também não foi difícil, bastou que eu entrasse em contato por e-mail marcando as entrevistas.

4. CRONOGRAMA

ATIVIDADES	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV
PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	X	X	X	X	X				
ELABORAÇÃO DAS PAUTAS				X	X	X			
BUSCA DAS FONTES			X	X	X	X			
ELABORAÇÃO DOS TEXTOS						X	X	X	
ELABORAÇÃO DO MATERIAL MULTIMÍDIA						X	X	X	
DIAGRAMAÇÃO								X	X
ELABORAÇÃO DO MEMORIAL								X	X
FINALIZAÇÃO									X
ENTREGA									X

Fonte: dados do Memorial, 2018

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O produto “Denunciei, e agora?” surgiu com o propósito de discutir a forma com a qual universidades públicas como a UFBA, UNEB, UFOB, UFRB e UESC estavam lidando com casos de assédio dentro dos ambientes acadêmicos. Em meses de imersão no desenvolvimento do especial, descobri que apesar das discussões sobre sexismo e violência contra minorias como mulheres, negros e LGBTQ+ estarem afloradas nas universidades, quando as vítimas vão denunciar situações de assédios os processos acabam sendo longos e, por vezes, ineficientes, cansativos, prejudiciais à saúde mental.

Percebi pelas entrevistas que as universidades ainda não estão 100% preparadas para receber denúncias de assédio. Muitas vezes há culpabilização das vítimas por meio das comissões investigativas, uma enorme burocracia que envolve os processos administrativos, além da falta de indicação ou de espaços que ofereçam apoio psicossocial. Um outro problema que notei foi a falta de informações realmente confiáveis sobre assédio nas universidades. As ouvidorias com as quais dialoguei, por exemplo, só possuem os dados

parciais, já que as denúncias também podem ser feitas nos colegiados dos cursos e não há o cruzamento dessas informações. Sem a gestão desses dados não dá para saber se, por exemplo, em determinado curso há mais casos de assédio sexual ou psicológico do que em outro.

Também não há registro de informações relacionados ao gênero, orientação sexual, etnia e idade das vítimas, o que dificulta balizar políticas institucionais específicas para coibir os casos que mais acontecem. Produzir esse conteúdo e ouvir o que essas vítimas tinham a dizer também foi uma forma de empatia, de entender como estamos afastando ou aproximando as pessoas do ambiente universitário. Abrir esse debate para todos os membros da comunidade acadêmica, fazer a autocrítica e tentar corrigir a forma com a qual estamos lidando com essas pessoas não é só importante, mas essencial para que a universidade seja um ambiente mais inclusivo e seguro para todos.

Tentei deixar claro que existem sim políticas e uma rede de apoio dentro e fora das instituições para fortalecer, estimular e amparar pessoas que sofrem violências de diversos tipos. Coletivos feministas e de questões sociais, raciais e LGBTQ+ são muito importantes na luta para tornar o ambiente universitário mais aberto e igualitário para todos. Várias instituições possuem espaços de acolhimento psicológico que podem e devem ser utilizados por todos da comunidade acadêmica que necessitarem desse serviço. Mas essa assistência precisa ser ampliada e divulgada.

Pessoalmente, fazer esse especial foi uma chance de explorar as minhas potencialidades na produção de conteúdo em diferentes gêneros jornalísticos. Não costumo fazer muitos perfis e entrevistas em vídeo, por exemplo. Foi importante ter a experiência de estar vulnerável e de me colocar em um local fora da minha zona de conforto. No mais, foi muito bacana estar à frente da arquitetura da informação, pensar no layout para disponibilização das matérias e também em tornar o conteúdo mais interativo e multimídia para se adequar às características do webjornalismo.

O conteúdo foi pensado e desenvolvido com muito carinho e dedicação. Foram horas de pesquisa e apuração para me certificar de que estivesse entregando algo condizente com minha trajetória dentro e fora da universidade. Acredito que alcancei o objetivo de trazer à tona questões relevantes sobre a violência psicológica e sexual nos espaços acadêmicos de uma forma acessível aos públicos do Bahia Notícias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AROSO, Inês Mendes Moreira. **A Internet e o novo papel do jornalista**, 2003. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/aroso-ines-internet-jornalista.pdf>>. Acesso em: 21 de novembro de 2018

BALZER, C; LaGata, C; Berredo, D. TMM anual report 2016. TransgenderEurope, 2016. Disponível em: <<https://transrespect.org/wp-content/uploads/2016/11/TvT-PS-Vol14-2016.pdf>>. Acesso em: 23 de novembro de 2018.

BRASIL/ Secretaria Especial de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira demídia2016: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. – Brasília: Secom, 2016. Disponível em: <<http://pesquisademidia.gov.br/>>. Acesso em: 22 de novembro de 2018.

_____. Fórum brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016**. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/10o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>>. Acesso em: 23 de novembro de 2018.

_____. **Mapa da Violência 2016: Homicídio por armas de fogo no Brasil**. Brasília: FLACSO, 2016. Disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br/>>. Acesso em: 23 de novembro de 2018.

_____. Ministério dos Direitos Humanos. **Balanco das denúncias do Ligue 180**. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/agosto/mdh-divulga-balanco-do-ligue-180>>. Acesso em: 23 de novembro de 2018.

CERQUEIRA, D. et al. **Atlas da violência 2017**. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia>>. Acesso em 22 nov 2018

DINIZ, Maiana. **Com internet, feminismo está em alta entre as jovens, diz especialista**. Agência Brasil, 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-03/com-internet-feminismo-esta-em-alta-entre-jovens-diz-especialista>>. Acesso em: 23 de novembro de 2018.

ESCOBAR, Juliana Lúcia. **A Internet e a Democratização da Informação: proposta para um estudo de caso**. In: V ENCONTRO DOS NÚCLEOS DE PESQUISA DO INTERCOM, 5. 2014. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/58958191132346222803642980758708141123.pdf>>. Acesso em: 23 de novembro de 2018.

GOMES, J. B. **A recepção do instituto da ação afirmativa pelo direito constitucional brasileiro**. In: SANTOS, Sales Augusto. **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Coleção Educação para Todos, 2005. Disponível em: <<http://adami.adv.br/artigos/19.pdf>>. Acesso em: 23 de novembro de 2018.

MARTINS, Célia. **Jornalismo Online: a convergência dos meios**, 2013. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/martins-celia-2013-jornalismo-onlineconvergencia.pdf>>. Acesso em: 21 de novembro de 2018.

- MATOS, Zainne Lima. **Disciplinas de Graduação:** As questões de gênero e da mulher na USP. 2016. 28 p.- Faculdade de Letras, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://sites.usp.br/uspmulheres/wp-content/uploads/sites/145/2016/10/Disciplinas-de-Graduac%CC%A7a%CC%83o-As-questo%CC%83es-de-ge%CC%82nero-e-da-mulher-na-USP-.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2018
- MCQUAIL, D. (2003). Teoria da Comunicação de Massas. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- OLIVEIRA, F; BEPLER, P; SILVA, L; RIBEIRO, D; SILVA, L; MENDES, W; LIMA, R.; SANTOS, E. **Pessoas LGBT mortas no Brasil em 2017**. GGB – Grupo Gay da Bahia, 2018. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf>>. Acesso em: 23 de novembro de 2018.
- SARTI, Cynthia. **O feminismo brasileiro desde os anos 1970:** revisitando uma trajetória. Revista Estudos Feministas, v. 12, n. 2, p. 35-50, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n2/23959.pdf>>. Acesso em: 23 de novembro de 2018.
- VIEIRA, Helena. **Teoria Queer, o que é isso?**Portal Revista Fórum, 2015. Disponível em:<<http://www.revistaforum.com.br/osentendidos/2015/06/07/teoriaqueer-o-que-e-isso-tensoes-entre-vivencias-e-universidade/>>. Acesso em: 23 de novembro de 2018

ANEXO

ANEXO A Pautas

Título Provisório: “Denunciei, e agora?: Violência psicológica e sexual em universidades públicas baianas”

Repórter: Ana Cely Lopes

Matéria 01:

Retranca/palavras-chaves: Alunos; Assédio; Burocracia; Universidades Públicas; Bahia

Tema: Assédio sexual e psicológico dentro de universidades públicas baianas burocracia enfrentada por alunos na hora de denunciar casos de assédio moral e sexual em cinco universidades públicas baianas.

Objetivo da Matéria: A matéria tem por objetivo retratar a burocracia enfrentada por alunos na hora de denunciar casos de assédio psicológico e sexual em cinco universidades públicas baianas (UFBA, UNEB, UESC, UFRB E UFOB).

Contexto/História: Com a disseminação dos dados assédio e a movimentação feminista online, os alunos, professores, servidores de universidades públicas tem cada vez mais sido estimulados a denunciar casos de violênciapsicológica e sexual dentro da academia. Apesar desse movimento, as universidades públicas parecem não ter se “educado” para receber esse tipo de caso. Professora do Instituto de Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e membro titular da Academia Brasileira de Ciências, Marcia Barbosa deu uma entrevista ao jornal Folha de S. Paulo onde explica que “um dos poucos dados que temos sobre o assunto vem de uma pesquisa feita pelo Instituto Avon em 2015, na qual 56% de alunas de graduação e pós disseram já ter sofrido assédio de professores, estudantes e técnicos administrativos”. Segundo ela, muitos casos não vêm à tona por dois motivos: o medo que as vítimas têm de retaliações e o despreparo nos serviços de apoio a elas. Mas não é só isso, entre os problemas relatados por alunos na hora de denunciar está o corporativismo , o não cumprimento do prazo limite de 30 dias estipulado pela Ouvidoria Geral da União para responder aos denunciante, a formação de comissões para apurar o caso onde participam colegas do acusado(a), a falta de indicação de auxílio psicológico para vítima, medo de retaliação acadêmica, etc. Dentre outras questões, a matéria busca mostrar a possibilidade de haver uma subnotificação de casos, já que algumas pessoas simplesmente optam por não denunciar para não ter que lidar com uma enorme burocracia e o julgamento do corpo acadêmico. Irei abordar ainda de que forma deveria funcionar o trâmite das denúncias (as ouvidorias levam como exemplo a ouvidoria da Controladoria Geral da União), quais são os direitos da vítima e do acusado, sobre a possibilidade de entrar com uma representação no Ministério Público (MP-BA), de obter auxílio jurídico na defensoria civil, de buscar auxílio psicológico na própria universidade, etc.

Fontes: Vítimas de violência, ouvidores das universidades, juristas, psicólogos

Imagens:Fotos de uma representação n

1ª coordenada/vinculada: Como identificar se você passou por um caso de assédio – Essa coordenada busca mostrar o que se configura como assédio moral, sexual; casos de racismo ou de machismo.

Fontes: Especialistas sobre assédio, juristas e psicólogos

Multimídia: Áudio de vítima de assédio

2ª coordenada/vinculada: Como funcionam os trâmites nas cinco universidades públicas baianas

Fontes: Ouvidores; responsáveis por comissões administrativas; texto da ouvidoria da CGU

Multimídia:Infográfico feito no Canva

Matéria 02:

Retranca/palavras-chaves: Alunos; Assédio; violência; Universidades Públicas; Bahia

Tema: Casos de violência sexual ou psicológica entre alunos – saiba o que fazer quando o assédio é “horizontal”.

Objetivo da Matéria: A matéria tem por objetivo retratar situações de assédio entre alunos nos espaços acadêmicos e de que forma eles podem ser penalizados institucionalmente e judicialmente por cometerem violência sexual ou psicológica com outros estudantes.

Contexto/História: Apesar de já existir uma discussão relevante em relação a assédio sexual e psicológico nas universidades quando se trata de casos entre alunos e professores/funcionários, o silenciamento ainda é grande quando o assédio é entre os próprios estudantes. É que pelo Código Penal Brasileiro (Art 216-A), o crime de assédio sexual se configura como “constranger alguém, com intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da condição superior hierárquico”. Então não dá para penalizar, legalmente, um colega do mesmo nível hierárquico por assédio. Por ser uma discussão relativamente nova, muitas instituições ainda não desenvolveram políticas específicas para tratar dessa situação e pensar de fato na penalização desses estudantes ou colegas. Será que a melhor forma de agir nessa situação é, por exemplo, expulsar esse aluno assediador da instituição ou fornecer a ele auxílio psicológico e afastamento temporário das vítimas? A legislação também possui outros horizontes de penalização de assédio horizontal (entre pessoas do mesmo nível hierárquico), como por importunação sexual, que recentemente virou crime, por constrangimento ilegal, ameaça, injúria, entre outros.

Fontes: Vítimas, ouvidores das universidades, dados de pesquisa, Código Penal Brasileiro

Imagens:

1ª coordenada/vinculada: Saiba como buscar auxílio jurídico gratuito fora das universidades em casos de assédio sexual ou moral horizontal

Fontes: Representantes do MP-BA e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-BA)

Multimídia: Info com telefone do MP-BA e defensoria pública

Matéria 03:

Retranca/palavras-chaves: Rede de apoio; Assédio; violência; Universidades Públicas; Bahia; Iniciativas

Tema: Iniciativas e redes de apoio que auxiliam vítimas de assédio em universidades públicas baianas

Objetivo da Matéria: A matéria tem por objetivo mostrar a rede de apoio dentro e fora das instituições de ensino que pode ajudar vítimas de assédio no ambiente acadêmico.

Contexto/História: Segundo braço do especial “Denunciei, e agora?”, a matéria vai falar sobre a importância de coletivos relacionados à feminismo e questões LGBTQ+, de raça e gênero no fortalecimento do combate à violência sexual e psicológica dentro e fora das universidades. Além disso, quero trazer um panorama das ações e políticas que as próprias universidades estão desenvolvendo para coibir casos de assédio nas instituições de ensino.

Fontes: Vítimas, ouvidores, representantes de coletivos feministas.

Imagens:

1ª coordenada/vinculada: Nessa coordenada, vou falar um pouco sobre a rede de apoio fora das universidades. As pessoas podem buscar auxílio jurídico e psicossocial gratuito por meio da Organização TamoJuntas, do Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA) e também por meio da Defensoria Pública.

Fontes: Representante da Tamo Juntas e informações do site do MP-BA e da Defensoria Pública

Perfil:

Retranca/palavras-chaves: Perfil; Cássia Maciel; Pró-reitora de Ações Afirmativas e

Assistência Estudantil; UFBA
Tema: Conheça a história da pró-reitora Cássia Maciel, da PROAE-UFBA
Objetivo da Matéria: O perfil busca mostrar a trajetória de Cássia Maciel, pró-reitora de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil da UFBA
Contexto/História: Mulher negra nascida em família pobre e periférica, a pró-reitora de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Cássia Maciel é uma exceção entre gestores da UFBA. Militante do movimento sindical que ainda não possui titulações além da graduação e pós, Cássia tem batalhado nos últimos quatro anos por uma universidade mais inclusiva para todos por meio das políticas assistencialistas desenvolvidas na PROAE. O objetivo do perfil é trazer um pouco mais sobre sua trajetória, que envolve questões relacionadas a pobreza, racismo, sexismo, ações assistencialistas, militância e superação.
Fontes: Vítimas, ouvidores, representantes de coletivos feministas
Imagens: Fotos de divulgação